



28 de Fevereiro de 2008

A UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta, saúda a iniciativa do Parlamento guineense em discutir no seu hemiciclo o projecto-lei que prevê a proibição da prática da mutilação genital feminina (MGF) no país.

A UMAR saúda e solidariza-se igualmente com as Organizações Não Governamentais da Guiné-Bissau, assim como com todas as pessoas que, a título individual, têm lutado pela defesa e promoção dos direitos humanos.

A MGF é simultaneamente causa e consequência de uma violação dos direitos humanos das mulheres. Causa, pois a MGF viola o direito das jovens raparigas e mulheres à integridade física, sexual e reprodutiva, à dignidade, à segurança e à saúde. Consequência, porque a MGF acontece em sociedades onde a pobreza, a violência e a discriminação atingem em particular o sexo feminino. Nestas sociedades, as mulheres não são entendidas como cidadãs plenas de direitos, são antes sim valorizadas pela sua capacidade reprodutiva, sendo pois os papéis sociais de mulher e mãe que lhes conferem a integração e a valia social. As mulheres continuam, nestas sociedades, a serem afastadas do sistema educativo permanecendo iletradas e dependentes. O casamento funciona como um rentável negócio para as famílias destas jovens mulheres, passando elas da autoridade do pai e do(s) irmão(s) para a do marido.

Neste sentido, a UMAR insta a que o governo guineense tome medidas de fundo, concretas e urgentes para a promoção e para o empoderamento das mulheres guineenses apostando na educação das meninas e jovens mulheres e incentivando a sua permanência na escola e a continuidade dos seus estudos a nível universitário. A UMAR espera que 2008 seja pois um ano de conquistas para as mulheres guineenses e para todas e todos aqueles que fazem da defesa dos direitos humanos a sua luta diária.